Intervenção de abertura da 9ª Assembleia de Organização da Cidade do Porto do PCP

30 de Junho de 2012 – JF Bonfim

Belmiro Magalhães

Camaradas:

Em rigor a nossa 9ª Assembleia de Organização não se inicia agora mas já começou há largas semanas e incluiu um amplo processo preparatório com a realização de 15 assembleias plenárias de base que, na maioria dos casos, foram também assembleias de organização, ou seja, que implicaram também a eleição de novos organismos de direcção nas organizações em questão. Todos os militantes do Partido foram chamados a contribuir com a sua opinião para o balanço do trabalho realizado e na definição da nossa orientação política futura.

O PCP é um partido diferente dos outros, é um partido com um projecto revolucionário de transformação da sociedade, é um partido que assume corajosamente e sem margem para dúvidas o seu objectivo de substituir o capitalismo, com todas as suas injustiças, por uma sociedade socialista, sem exploradores nem explorados. E porque o PCP é um partido com objectivos radicalmente diferentes dos outros partidos, tem também uma forma diferente de organização e de intervenção.

Chegamos ao dia de hoje com organismos de base renovados e rejuvenescidos, com uma proposta de Resolução Política discutida pelos militantes da Organização e com uma proposta de Direcção de Organização da Cidade do Porto debatida colectivamente e articulada com as organizações.

Camaradas:

A nossa última Assembleia de Organização aconteceu há pouco mais de 2 anos. Dois anos depois, o Porto é uma cidade mais pobre, com mais desigualdade social, com mais desemprego e trabalho precário, com mais injustiças, com um custo de vida mais elevado, com mais problemas de habitação, mas também com menos habitantes e menos democracia.

A responsabilidade desta situação é fundamentalmente dos sucessivos governos do PS e PSD/CDS e da gestão municipal da coligação PSD/CDS.

O Porto tem vindo a sofrer de uma destruição de postos de trabalho, paralelamente à perda de população. Apesar dos números registados nos centros de emprego subestimarem os níveis reais de desemprego, entre Março 2010 e Março de 2012 dois novos desempregados por dia inscreveram-se nos centros de emprego na cidade do Porto, ultrapassando as 17 mil pessoas. Destes, mais de 5.700 são jovens, sendo que grande parte é desempregada de longa duração.

No Porto, cerca de um quarto dos residentes tem mais de 65 anos, o que é ilustrativo do elevado envelhecimento do concelho. Uma grande parte dos idosos vive em condições precárias, com pensões de reforma muito baixas. Perto de 70% dos idosos têm rendimentos inferiores à média nacional. Mais de 10 000 vivem sozinhos, sendo esta camada social a mais atingida pela situação de pobreza e a mais necessitada dum reforço de apoios sociais e de serviços de proximidade.

O diagnóstico da realidade portuense, no que concerne à pobreza e à exclusão social, é deveras preocupante. São evidentes os sinais exteriores de pobreza. Um indicador é o número de beneficiários do rendimento social de inserção existente na cidade, mais de 29 mil em 2010, hoje serão seguramente muitos mais.

Uma das principais carências da cidade prende-se com a habitação, com a persistência de numerosas “ilhas”, habitação em casas degradadas e em risco de ruína ou casas abarracadas. Tal é fruto das políticas de direita que tem governado a cidade do Porto e que destruíram 8% da habitação social existente com a demolição de bairros sociais. Há milhares de portuenses que continuam a viver em condições indignas.

A aplicação da nova lei do arrendamento, autêntica lei dos despejos, vai afectar directamente cerca de 29% dos fogos privados habitados no concelho. Este facto, com consequências muito negativas para os largos milhares de inquilinos portuenses, sobretudo para os mais idosos, pode aumentar brutalmente os custos com a habitação e gerar inúmeras situações de fractura social.

Agrava-se o desinvestimento público também no Porto. Persistem carências verdadeiramente inacreditáveis de equipamentos públicos. Por exemplo: num concelho com dezenas de milhares de habitantes idosos, praticamente não há lares públicos para a 3ª Idade. Outro exemplo é a insuficiente oferta pública de berçários e creches, o que força muitas famílias a pagarem 200, 250, 300€ mensais ou mais em instituições privadas. Ou

as esquadras da PSP, que na maioria dos casos carecem de condições mínimas para funcionar. Ou a redução dos horários de funcionamento das Unidades de Saúde Familiar e dos SASU, a par com o encerramento de unidades como o Hospital Maria Pia e a perspectiva de encerramento do Hospital Joaquim Urbano.

Mais um exemplo de más políticas no que se refere aos serviços públicos é a redução da oferta da STCP, que a partir de amanhã vai transferir seis linhas para operadores privados, e a perspectiva de fusão com a Metro do Porto, no quadro da preparação da privatização dos sectores mais rentáveis destas empresas. Segundo as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, num processo caricato e criticável, em que os jogos de poder e de protagonismos se sobreponhem ao interesse público, ainda não há acordo para a definição de novas administrações, num profundo desrespeito por parte do Governo e da Junta Metropolitana do Porto em relação aos utentes e aos trabalhadores das empresas de transportes.

Camaradas:

O quadro político e partidário na cidade do Porto é marcado pela proximidade da data das eleições autárquicas e pelo facto de Rui Rio não se poder recandidatar. Não obstante esta situação, o quadro em que se irão realizar as próximas eleições autárquicas está muito longe de se encontrar clarificado.

Por um lado, porque não se conhece o regime legal em que estas eleições autárquicas vão decorrer, face às intenções de PS, PSD e CDS em aprofundar o ataque ao Poder Local Democrático. Por outro lado, porque o contexto político mais geral em que as eleições vão decorrer pode alterar-se significativamente, dado o agravamento do descontentamento resultante das consequências das políticas das troikas e do crescendo da resistência popular. Acresce que as candidaturas ainda não estão definidas, embora se assista a diversos jogos, uns mais virtuais do que outros, de personalidades e dos partidos das políticas de direita com o objectivo de garantir posições.

No PSD e no CDS, as movimentações traduzem-se numa luta pela manutenção das suas posições e na fulanização de eventuais candidaturas, com o objectivo de afastar potenciais candidatos e de promover outros. A impossibilidade de recandidatura do actual Presidente de Câmara faz com que, no PSD, vários responsáveis e eleitos, estejam sobretudo preocupados com a sua situação particular pós-eleições.

Ao nível do PS, constata-se um esforço de branqueamento das suas responsabilidades no rumo de desastre nacional que caracteriza a governação do país e da sua cumplicidade com várias das mais gravosas decisões tomadas ao nível municipal. Este branqueamento é traduzido numa procura de protagonismo público e mediático que longe de procurar contribuir para a efectiva resolução dos problemas das populações, visa, no fundamental, dar protagonismo ao putativo candidato à presidência da Câmara por este partido.

A demagogia dessa intervenção traduz-se também no facto de o PS defender, oportunisticamente, agora, posições completamente contrárias àquelas que defendeu num passado recente, como são os casos da privatização dos serviços de recolha de resíduos sólidos, do processo de demolição do Bairro do Aleixo, do modelo de SRU, ou antagónicas relativamente àquilo que foi a sua prática quando ocupou, durante 12 anos a presidência da Câmara. O PS tem, numa postura exclusivamente eleitoralista, repetido iniciativas de contacto directo com problemas existentes, recorrendo a meios semelhantes àqueles que a CDU institucionalizou há mais de 20 anos e que sempre mereceram a feroz crítica do PS.

Por outro lado, e tal como tem acontecido nos últimos actos eleitorais autárquicos, alguns dirigentes do PS procuram avançar com a ideia de uma “coligação de esquerda”, escamoteando as suas responsabilidades na implementação de políticas de direita quer a nível local, quer a nível nacional, com particular relevância nos momentos em que assumiu as mais altas responsabilidades autárquicas e governamentais.

O presidente da Comissão Concelhia do Porto do PS, Manuel Pizarro, deputado do PS, ex-vereador no Porto e ex-secretário de estado da saúde, depois que ter integrado o governo que aceitou a ingerência da troika estrangeira e que promoveu uma das mais graves ofensivas às conquistas do 25 de Abril, vem agora falar demagogicamente em “coligações de esquerda”. Se não fosse tão grave e sério, até dava vontade de rir!

O Bloco de Esquerda, por seu lado, reflectindo a sua natureza predominantemente eleitoralista e institucional, na sequência da pesada perda de influência eleitoral que sofreu nas últimas eleições legislativas e dos insuficientes resultados obtidos nas eleições autárquicas, tem tido uma intervenção menor na vida da cidade.

Camaradas:

É inaceitável o processo de negociação e concertação em curso entre PSD, CDS e PS em torno da extinção de freguesias do Porto. Às escondidas das populações e das forças vivas, e mesmo de muitos autarcas destes partidos, os organismos concelhios de PSD, CDS e PS têm procurado, à semelhança do que já anteriormente aconteceu em Lisboa, um acordo para liquidar a maioria das freguesias da cidade.

O compromisso do PCP com as populações, com o regime democrático e com o Poder Local é para manter. Tudo temos feito e tudo continuaremos a fazer para impedir que a Assembleia Municipal do Porto participe no processo de extinção de freguesias nos termos da nova lei e recusamos qualquer processo que tenha em vista a reconfiguração do mapa autárquico do concelho assente em critérios antidemocráticos e anti-sociais.

Camaradas:

A situação social e política exige um PCP mais forte! Muita da nossa atenção tem de continuar a ser dispensada ao reforço da nossa organização partidária e da sua ligação à população e aos trabalhadores.

É justo afirmar que, também no Porto, o PCP está mais forte! Entre as organizações de base há diferenças de freguesia para freguesia, de sector para sector, há dificuldades que persistem, há desafios sérios que temos de enfrentar.

Na maioria das 15 freguesias existe um organismo de direcção com um funcionamento regular. Procedeu-se à responsabilização de dezenas de novos quadros e de recrutamentos. O Partido manteve a prioridade do reforço da sua organização junto dos trabalhadores.

Actualmente existem mais homens e mulheres a assumir tarefas regulares e a levar o Partido para a frente. E isso torna-nos mais fortes!

É preciso aumentar as receitas do Partido, sobretudo a recolha de quotas, para fazer face às crescentes necessidades de intervenção política.

A cidade do Porto tem uma realidade demográfica marcada por um grande envelhecimento da população e isso reflecte-se na organização do Partido. É necessário de atribuir maior atenção ao recrutamento. O PCP tem um projecto moderno e atractivo, um projecto que interessa a todas as camadas não monopolistas, um projecto que a realidades local, nacional e internacional, com particular evidência na actual fase histórica, confirmam a pertinência.

Não temos feito tudo o que está ao nosso alcance nesta matéria. É necessário e possível trazeremos muito mais gente ao nosso Partido!

Outra questão fundamental é a responsabilização de mais camaradas por tarefas concretas. Muito tem sido feito, muitas vezes apostando em novos quadros com pouca experiência mas que revelam qualidades, interesse e disponibilidade para ajudar o Partido assumindo mais responsabilidades. Mas também nesta matéria, precisamos de muito mais.

Os comunistas do Porto têm estado nas lutas reivindicativas realizadas por cá. Este também é o nosso papel. Infelizmente, a vida do povo do Porto está cada vez mais difícil. Assim, à enorme ofensiva aos direitos conquistados, temos que opor a luta das populações e dos trabalhadores. Este é um elemento fundamental de resistência. Aqui no Porto temos bons exemplos que devemos valorizar: em defesa das esquadras, em defesa da Água Pública, contra a privatização do estacionamento na via pública e o alargamento da rede de parcometros, contra o aumento de preços dos transportes públicos ou o encerramento de agências dos CTT, entre outras.

Camaradas:

A realidade que enfrentamos é adversa. As tarefas são muitas e difíceis. Mas com empenho, determinação, perseverança e combatividade continuaremos a trabalhar para transformar o nosso sonho de uma sociedade mais justa em realidade.

Vivam os trabalhadores e o povo do Porto!

Viva o Ideal Comunista!

Viva o Partido Comunista Português!